



**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

PROJETO DE LEI Nº 2.841, DE 2024

Apensado: PL nº 1.058/2025

Institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e Sustentáveis e dá outras providências.

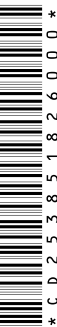
Autor: Deputado TARCÍSIO MOTTA

Relatora: Deputada SOCORRO NERI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Tarcísio Motta, busca instituir o Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis, justificado pelo autor em função da necessidade de estimular o mapeamento e diagnóstico das vulnerabilidades escolares, o monitoramento das unidades mais suscetíveis a impactos, a elaboração e implementação de planos de resiliência, a adoção de práticas preventivas e sustentáveis, a criação de espaços adaptados e protegidos, a capacitação de profissionais da educação, e a promoção da educação em prevenção e mitigação a desastres, entre outras medidas.

Foi apensado ao projeto original o PL nº 1.058/2025, de autoria do Deputado Guilherme Boulos, que dispõe sobre medidas para garantir o conforto térmico e a sustentabilidade ambiental em instituições da rede de ensino básico, técnico e superior, e dá outras providências.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 04/07/2025 09:48:00.140 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 2841/2024

PRL n.1

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Educação; de Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

O projeto que chega ao exame desta Comissão propõe a criação do Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis, no âmbito do Ministério da Educação, com o objetivo de promover a resiliência ambiental e a adaptação às mudanças climáticas nas unidades educacionais de todo o país. O texto estabelece diretrizes para o mapeamento de vulnerabilidades, elaboração de planos de resiliência, adoção de práticas sustentáveis, capacitação de profissionais, parcerias com instituições de pesquisa, e incentiva a participação ativa dos entes federativos.

As proposições reforçam a importância de endereçar soluções para as ondas de calor e para eventos climáticos extremos geo-hidrológicos, assim considerados aqueles de origem geodinâmica (movimentos de massa como: deslizamentos, fluxos de detrito, queda e rolamentos de blocos), ou de origem hidrológica (inundações, enxurradas, alagamentos e secas).

Conforme mencionado na justificação do projeto apensado, estudos científicos demonstram que o aumento das temperaturas médias e a ocorrência de ondas de calor extremo têm impactos significativos na saúde humana, especialmente em grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas. No ambiente educacional, o calor excessivo prejudica a concentração, o desempenho





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 04/07/2025 09:48:00.140 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 2841/2024

PRL n.1

cognitivo e o bem-estar dos estudantes, comprometendo o processo de ensino aprendizagem e o direito fundamental à educação de qualidade.

O Deputado Guilherme Boulos também defende a necessidade de garantir o respeito à diversidade cultural e às necessidades específicas das comunidades quilombolas e indígenas, reconhecendo o papel fundamental da educação para a valorização de suas tradições e para a promoção de seus direitos. Nessa linha, ao determinar que a adaptação das instituições de ensino quilombolas e indígenas considere as suas particularidades culturais, o projeto apensado assegura que as soluções adotadas sejam adequadas ao contexto local e que contribuam para o fortalecimento da identidade e da autonomia dessas comunidades.

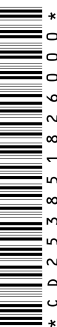
Dada a relevância da matéria, apresentamos substitutivo para incorporar os dispositivos do projeto apensado, com ajustes, ao projeto principal, de modo a contemplar tanto a adaptação das escolas para incremento de resiliência diante de eventos climáticos extremos quanto os aspectos de sustentabilidade da edificação, o que contempla a utilização de fontes de energia renovável, a gestão eficiente da água e da energia, a redução de resíduos e a arborização das instalações.

A proposta se alinha ao Quadro Integral de Segurança Escolar das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres¹, que fornece uma abordagem abrangente para reduzir os riscos de todos os perigos para o setor educacional, abordando três pilares da segurança escolar:

- Instalações de aprendizado seguras;
- Gestão de desastres em escolas; e
- Educação para resiliência.

No substitutivo, fizemos também os necessários ajustes para evitar a arguição de vício de iniciativa do projeto, em função da criação de atribuições a órgãos específicos do Poder Executivo, como é o caso da menção expressa ao Ministério da Educação e ao Ministério do Meio Ambiente.

¹ United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR). Disponível em: https://gadrres.net/files/cssf_2022-2030_prt.pdf



* C D 2 5 3 8 5 1 8 2 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Assim, reconhecendo a pertinência e importância das propostas submetidas ao exame desta Comissão para o desenvolvimento de escolas sustentáveis e resilientes às mudanças do clima, o que tende a contribuir para a melhoria das condições de ensino especialmente nas comunidades mais vulneráveis, **voto pela aprovação do PL nº 2.841, de 2024, e do seu apensado, PL nº 1.058, de 2025, na forma do substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada SOCORRO NERI
Relatora





**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.841, DE 2024

Apensado: PL nº 1.058/2025

Institui o Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis, destinado à promoção da resiliência climática e da eficiência no uso de recursos naturais.

Art. 2º O Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis tem como objetivos:

I – promover a adaptação das escolas e instituições de ensino para reduzir a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos;

II – incentivar a melhoria da eficiência energética das edificações escolares, por meio da implantação de tecnologias e práticas sustentáveis;

III – promover o uso racional e eficiente da água, incluindo captação, reuso e redução do consumo;

IV – implementar sistemas adequados de gerenciamento e destinação de resíduos sólidos;

V – garantir o conforto térmico dos ambientes escolares, por meio de soluções arquitetônicas e tecnológicas adaptadas ao clima local;

VI – fortalecer a gestão de riscos e a preparação das comunidades escolares para emergências climáticas;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 04/07/2025 09:48:00.140 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 2841/2024

PRL n.1

VII – fomentar a inclusão da temática da resiliência climática e sustentabilidade na dinâmica escolar e nas atividades pedagógicas;

VIII – promover campanhas educativas e ações de comunicação voltadas à comunidade escolar sobre adaptação climática e sustentabilidade.

Art. 3º São diretrizes do Programa:

I – a avaliação e diagnóstico da vulnerabilidade das escolas às mudanças climáticas, eventos extremos e desastres;

II – a elaboração de planos de adaptação e mitigação de riscos climáticos;

III – o investimento em estruturas e procedimentos que favoreçam a resiliência e sustentabilidade;

IV – a capacitação e formação continuada de gestores, profissionais da educação e comunidade escolar;

V – o incentivo à participação da comunidade local na implementação, avaliação e revisão das ações afetas ao programa;

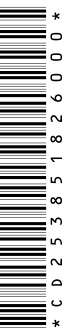
VI – o monitoramento e avaliação periódica dos resultados do programa.

Art. 4º O Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis será coordenado pelo Poder Executivo Federal, em articulação com os entes subnacionais.

Art. 5º Para os fins no disposto nesta Lei consideram-se ações para o incremento da sustentabilidade e da resiliência climática das escolas:

I – instalação, manutenção e melhoria dos sistemas de drenagem das escolas e áreas do seu entorno;

II – instalação, manutenção e melhoria dos sistemas de ventilação e climatização para conforto térmico nas salas de aula e demais espaços de aprendizado;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 04/07/2025 09:48:00.140 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 2841/2024

PRL n.1

III – instalação de sistemas de energia renovável e equipamentos eficientes;

IV – uso racional da água, da energia e gestão de resíduos;

V – adoção de soluções baseadas na natureza, com ênfase na arborização e na criação e manutenção de jardins de chuva, para incremento do conforto térmico e da estabilidade do solo;

VI – reformas e melhorias estruturais para aumentar a resistência e resiliência das edificações a eventos climáticos extremos;

VII – elaboração de planos de contingência e simulações de emergência.

Art. 6º As escolas que aderirem ao Programa e receberem recursos públicos para sua implementação devem elaborar projetos de adaptação que considerem os riscos climáticos, ambientais e socioeconômicos, indicando soluções adequadas de acordo com as especificidades locais.

§ 1º Os projetos de que trata o *caput* deste artigo devem conter, no mínimo:

I – diagnóstico dos riscos e vulnerabilidades das unidades educacionais beneficiadas;

II – projeto de adaptação das instalações de ensino;

III – plano de ação e cronograma de implementação.

§ 2º Os projetos de adaptação de instituições de ensino quilombolas e indígenas devem considerar as especificidades culturais e as necessidades de cada comunidade.

Art. 7º Os investimentos públicos em incremento da resiliência das escolas aos eventos climáticos extremos devem ser priorizados em função do nível de risco e de vulnerabilidade das instalações, a ser monitorado periodicamente, na forma do regulamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Art. 8º Os recursos para o Programa Nacional de Escolas Resilientes e Sustentáveis serão provenientes do Orçamento Geral da União, bem como de convênios e outras modalidades de transferências e/ou fontes de financiamento.

Art. 9º A efetividade do programa será avaliada periodicamente pelo Poder Executivo a partir de indicadores monitorados e divulgados anualmente.

§1º Os indicadores de que trata o *caput* deverão incluir, entre outros, a redução do consumo de energia e água, o aumento da cobertura vegetal, e o número de escolas com planos de contingência implementados.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada SOCORRO NERI
Relatora

2025-8316

Apresentação: 04/07/2025 09:48:00.140 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 2841/2024

PRL n.1

